

F. Gaspar
R. Rocha
al.



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Mandato 2021-2025

Sessão n.º 9

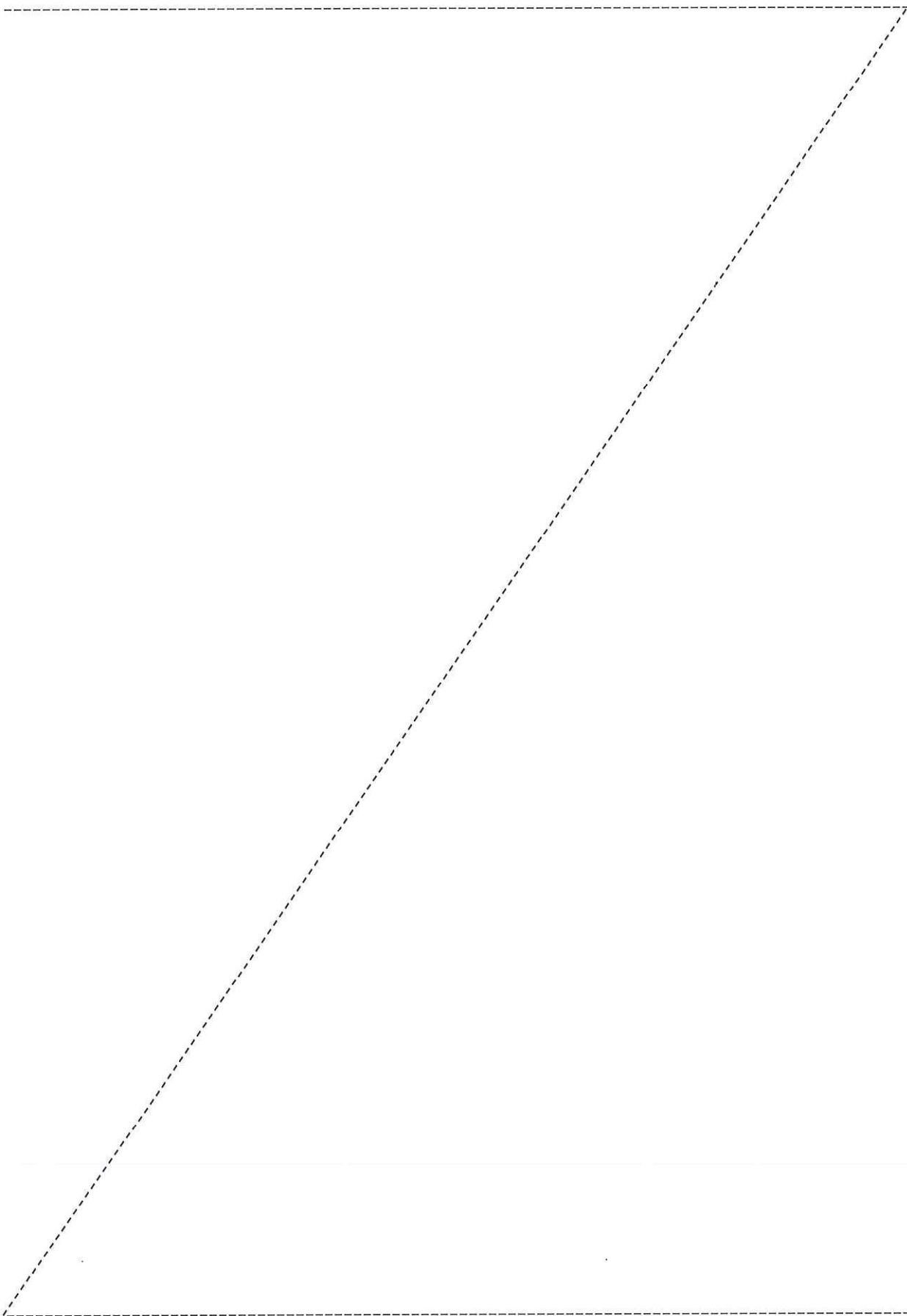
17 de dezembro de 2024

Sessão Ordinária

Início da sessão
21h15 horas

Términus da sessão
23h00 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino
Vice-Presidente da Mesa: Francisco Artur Gomes Gaspar
Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha



Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

ATA N.º 9

--- Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre do Município do Cartaxo, nos termos da alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: eleito pela Assembleia Municipal de Almeirim, Eurico Manuel Lopes Henriques, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Almeirim, Gustavo Gaudêncio da Costa, do Partido Socialista; eleita pela Assembleia Municipal de Almeirim, Helena Maria Martinho Lopes Cláudio, do Partido Socialista; eleita pela Assembleia Municipal de Alpiarça, Maria Regina Sardinheira do Céu Furtado Ferreira, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Alpiarça, João Pedro Antunes Osório, da Coligação Democrática Unitária; eleita pela Assembleia Municipal de Azambuja, Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Azambuja, António José da Fonseca Nobre, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Azambuja, Nelson Caetano Rodrigues, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Azambuja, Armando Jorge Adrião Calixto, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, Mário Jorge Campos Pereira, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, Rui Carlos Carvalho Feijoca (em substituição de Ricardo Alexandre Frade de Oliveira), do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, António José Rabaça Silva Ribeiro, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, Mário Rui Filipe Santos, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal do Cartaxo, Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal do Cartaxo, José Augusto Santos de Jesus, do Partido Social Democrata; eleita pela Assembleia Municipal do Cartaxo, Maria de La Salette da Conceição Marques Cêra, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal do Cartaxo, Augusto Gonçalves Parreira, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal da Chamusca, Pedro Miguel Martins Braz, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal da Chamusca, Rui Miguel Oliveira da Cruz, da Coligação Democrática Unitária; eleita pela Assembleia Municipal de Coruche, Berta Alexandra Teixeira Lopes, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Coruche, André Filipe Galvão Charrua (em substituição de Mara Lúcia Lagriminha Coelho),

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Coruche, Luís Alberto Ferreira, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Coruche, Francisco Artur Gomes Gaspar, do Partido Social Democrata (Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal); eleito pela Assembleia Municipal da Golegã, Daniel Teodoro Catarino Romão, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Tiago Filipe Francisco Santos, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Filipe Montez Coelho Madeira, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Francisco Caneira Madelino, do Partido Socialista (Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal); eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Carlos Fatia Tezo (em substituição de Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório), do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Luís Gabriel Rodrigues Pereira (em substituição de Nuno Miguel Ferreira Monteiro), do Bloco de Esquerda; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, Rui Pedro de Sousa Barreiro, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, Alfredo José Carvalho Henriques da Silva, do Partido Social Democrata; eleita pela Assembleia Municipal de Santarém, Dina Maria Gomes Rocha, do Partido Socialista; eleita pela Assembleia Municipal de Santarém, Carla Patrícia Lopes Neto, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, António Pina Ferreira Campos Braz (em substituição de Luís Manuel da Graça Batista), do Partido Socialista, eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, Pedro Miguel Janota Melão (em substituição de Filipe Frade Brígida), do Partido Social Democrata.-----

--- Faltaram à sessão, sem apresentação de justificação, os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo: eleita pela Assembleia Municipal de Almeirim, Sónia Isabel Campos da Silva Colaço, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, do CDS - Partido Popular; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Carlos Jorge Coelho Neto, do Partido Social Democrata. -----

---Apresentaram justificação de ausência os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo: eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Coruche, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal da Golegã, Maria da Conceição Afonso Contente, do Movimento 2021 É O ANO; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, André Filipe Duarte, do CDS - Partido Popular. -----

-----Justificaram a ausência e pediram substituição os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: eleito pela Assembleia Municipal de Coruche, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

Golegã, Maria da Conceição Afonso Contente, do Movimento 2021 É O Ano; eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Nuno Miguel Ferreira Monteiro, do Bloco de Esquerda; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém Filipe Frade Brígida, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, do CDS - Partido Popular; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, André Filipe Duarte, do CDS - Partido Popular.-----

--- Estiveram, assim, presentes 36 dos 40 membros que compõem esta Assembleia Intermunicipal, sendo o quórum repartido pelas seguintes Forças Políticas: 19 membros do Partido Socialista, 10 membros do Partido Social Democrata, 6 membros da Coligação Democrática Unitária, 1 membro do Bloco de Esquerda.

--- A lista de presenças dos senhores Deputados consta dos documentos anexos à presente ata. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia: -----

--- Ordem do Dia: -----

--- 1: Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal; -----

--- 2: Apreciação e votação de anulação administrativa da deliberação da Assembleia Intermunicipal (sob proposta do Conselho Intermunicipal) que aprovou a minuta do contrato de compra e venda do Terminal Rodoviário de Santarém; -----

--- 3: Apreciação e votação de revogação do contrato de empréstimo celebrado com o Banco BPI S.A. para financiamento da aquisição do terminal Rodoviário de Santarém; -----

--- 4: Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Orçamentais e Financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1º semestre de 2024 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas; -----

--- 5: Apreciação e votação de Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano 2025-2030; -----

--- 6: Apreciação e votação de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação de proposta de Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano 2025-2030; -----

--- 7: Apreciação e votação de Mapa de Pessoal para 2025; -----

----- Período Antes da Ordem do Dia -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)** colocando à apreciação e votação das atas das sessões da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 08 de abril de 2024 e de 29 de julho de 2024.-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 08 de abril de 2024, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.--

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 29 de julho de 2024, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.-----

---Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, lembrando que, na última reunião, que tinha chamado a atenção para a necessidade de o Regimento ser alterado, de forma a permitir que houvesse reuniões online. Como não havia na ata qualquer referência à sua intervenção, o senhor Deputado solicitou que este assunto ficasse em ata, como também recomendou que numa próxima Assembleia viesse uma proposta de alteração ao regimento. -----

---Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, referindo que se o PS quisesse colocar previamente um ponto na Ordem de Trabalhos, para se discutir esse assunto, poderia colocar-se à apreciação das bancadas. Isto porque, se fossem mexer no Regimento, poderia até ser que outras forças políticas tivessem outras propostas para incluir. -----

---Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que as propostas tinham de vir dos deputados da Assembleia.-----

---- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, referindo que o Partido Socialista apresentaria a proposta referida na última Assembleia e lembrada pelo senhor Deputado Rui Barreiro. Mas esclareceu que esta era uma alteração simples do Regimento, para permitir uma facilidade de participação nas reuniões, nomeadamente nas extraordinárias. A oito meses das eleições, não fazia sentido estar a fazer uma revisão profunda do Regimento. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que achava que o Regimento permitia fazer reuniões online, sendo que o CPA tinha sido alterado com a Covid para permitir estas situações. Assim sendo colocou a questão para uma reunião de líderes, para depois verem se era possível uma proposta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, referindo que tinha ficado com a sensação que o senhor Presidente tinha dito que não era possível, por questões regimentais e legais, tendo sido só permitido no tempo da Covid. E a alteração, a ser possível, desvirtuava a descentralização que tinham vindo a fazer. Esta descentralização era feita com o intuito de chegar próximo das populações.-----

---Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que não lhe parecia que havia consenso para a alteração do Regimento, sendo também que faltavam poucos meses até as eleições. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, referindo que em relação ao tema, e estando a nove meses das eleições, fazia mais sentido que a alteração aos estatutos se fizesse com a entrada da nova Assembleia. Por outro lado, não se podia desvirtuar as reuniões

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

descentralizadas, sendo que a existir participações online tinham que ser devidamente justificadas.---

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, propondo que na ata ficasse o que tinha dito, ficando só essa nota que reuniões deste género pudessem ser realizadas online. E se tivesse de ser alterado o regimento, que o fosse.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, pretendendo informações sobre o trabalho efetuado pelos Sapadores Florestais, que estavam ao serviço da Comunidade Intermunicipal, bem como os custos inerentes às equipas de Sapadores Florestais, com indicação quer dos apoios nacionais, quer municipais afetos a este trabalho meritório que era realizado pelos Sapadores e que era esquecido, sendo só lembrado em épocas de incêndios. O senhor Deputado lembrou ainda a passagem dos cem anos do nascimento de Mário Soares, deixando em nome do Partido Socialista uma nota. Mário Soares tinha deixado um contributo para a Democracia em Portugal e não ficaria bem deixar passar esta data, sem o deixar marcado nesta reunião, evocando o nome de um grande político e estadista português.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Oliveira da Cruz (CDU)**, dizendo que ao longo dos últimos anos tinham sido várias as intervenções do PCP, acerca da necessidade da conclusão do IC3 e da construção de uma nova ponte na Chamusca, junto dos órgãos autárquicos, na CIMLT, Assembleia da República e Governo. No último Orçamento de Estado, pela mão do PCP, a proposta tinha sido aprovada e tinha luz verde para avançar. A conclusão do IC3 e da nova ponte da Chamusca, para além de responder às necessidades e anseios das populações, ia permitir o desenvolvimento económico da região. Assim, apelou à CIMLT para que continuasse a exercer pressão sobre o governo, para que a obra se iniciasse o mais rapidamente possível. Nas últimas reuniões com o governo tinham sido informados que a obra estaria sob o chapéu do novo aeroporto, lembrando também que este problema existia ainda muito antes do novo aeroporto. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que a questão dos sapadores constava no relatório de atividades apresentado aos senhores Deputados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, dizendo que tinha visionado o relatório, mas não tinha encontrado o detalhe, ou seja, o trabalho efetuado por concelhos, os custos e os apoios nacionais. O relatório referia-se apenas a 2024 e o senhor Deputado pretendia ver desde que os sapadores existiam, para perceber a evolução, o desenvolvimento do trabalho e os custos, desde que eles existiam na CIMLT, para os municípios e mesmo a nível nacional.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que na página vinte e oito e vinte e nove do relatório existia uma explicação sobre o concelho, tipo de trabalho, número de dias e a área intervencionada. Poderiam enviar esses

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

números, que eram públicos e estavam nas atas do Conselho Intermunicipal, bem como aquilo que cada um dos municípios pagava.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, propondo que sendo essa informação fácil de enviar, fosse disponibilizada para todos os grupos ou deputados intermunicipais. -----

----- **Ordem do Dia** -----

---Passou-se de seguida ao **Ponto 1 da Ordem de Trabalhos - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, começando por colocar uma questão sobre o sucesso escolar. Solicitou um diagnóstico da situação atual e quais os resultados alcançados com este projeto e investimentos. Em relação às equipas técnicas que executavam as atividades, questionou se eram funcionários municipais. Referiu que o relatório não era muito claro sobre esse assunto. Numa lógica de cooperação regional, lembrou que havia instituições de ensino superior especializadas nesta área, nomeadamente a Escola Superior de Santarém, e questionou se este parceiro estava envolvido ou ia estar. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção abordando o projeto novo PISA For Schools. Quis saber a sua programação, custos associados e quais os resultados esperados. Por último, mencionou o projeto MAIS Lezíria, relacionado com o desporto. Disse ter verificado que havia uma atividade nova, para percorrer a região da Lezíria do Tejo de bicicleta, achando que era muito importante este exercício. Salientou também que, para além da bicicleta, Portugal era dos países da União Europeia com maior sedentarismo e que as caminhadas eram a forma mais acessível, mais barata e mais democrática de envolver as pessoas. Questionou, assim, se num futuro próximo as caminhadas pelos concelhos, pelas áreas da Lezíria estavam previstas no MAIS Lezíria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que, em relação ao sucesso escolar, os indicadores podiam ser verificados pelos resultados que corriam pelos vários agrupamentos. Sobre as equipas de intervenção, alguns eram funcionários da autarquia, outros eram prestadores de serviços, mas a esmagadora maioria eram funcionários das autarquias. Na prática, essas equipas davam apoio aos vários agrupamentos de escolas. Por exemplo, na área da psicologia, os técnicos ajudavam a tratar comportamentos, faziam sessões de parentalidade positiva, etc, e não se conseguia medir diretamente. Mas era possível ver nos resultados que os agrupamentos tinham e, mesmo aí, existia uma multiplicidade de fatores que contribuíam para isso. Este envolvimento era com os agrupamentos, e não com a Escola Superior de Educação. Relativamente ao projeto PISA for Schools, referiu que ia começar no ano 2025,

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

essencialmente para alunos de treze, catorze anos, à volta do nono ano de escolaridade. Quanto ao projeto MAIS Lezíria, informou que já existiam várias caminhadas, até caminhadas inclusivas. -----

---Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, voltando ao projeto PISA for Schools. Quis saber a sua programação, custos associados e quais os resultados esperados. -----

---Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que o projeto PISA for Schools ia começar. Assim sendo, resultados ainda não existiam, custos seriam cerca de mil e oitocentos euros por agrupamento, durante três anos, sendo só os esclarecimentos possíveis de dar -----

---Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, começando por agradecer esta pareceria entre a CIMLT e o município do Cartaxo, nos vários projetos financiados, mas havia um de grande interesse, que tinha a ver com a Ecovia da Lezíria do Tejo. O senhor Deputado quis perceber qual a expectativa, ou seja, data de conclusão, de funcionamento, de disponibilização para os municípios desta Ecovia, que começaria em Azambuja e terminaria na Golegã, passando pelo Cartaxo.-----

---Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que este assunto estava na ITI OVT, e que se traduzia em cinco milhões de euros que iam fazer as várias ligações. O objetivo era ter os projetos técnicos em 2025, quando a ITI estivesse aprovada. Só depois é que se podia lançar os procedimentos. -----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 2 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação de anulação administrativa da deliberação da Assembleia Intermunicipal (sob proposta do Conselho Intermunicipal) que aprovou a minuta do contrato de compra e venda do Terminal Rodoviário de Santarém;** -----

---Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que os pontos dois e três estavam ligados, tendo sido levantadas pelo Tribunal de Contas várias questões, o que tinha levado à alteração da forma de tratar este assunto. Numa reunião extraordinária, que se iria realizar breve, seria abordada a aquisição do terminal, que já não seria com recurso ao crédito, mas pagando diretamente. Assim, havia a necessidade de tomar estas deliberações.-----

---Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, referindo que o senhor Presidente tinha informado das questões levantadas, mas pretendia saber mais concretamente o que se tinha passado com o crédito, com o capital próprio, enfim, que lapso tinha sido este que teria ocorrido. -----

---Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César**

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

Ribeiro (PS), explicando que assumia as suas responsabilidades, mas estavam num processo que nunca tinha acontecido, estavam a desbravar caminho. O Tribunal de Contas tinha feito várias questões, as quais tinham sido respondidas, e era necessário fazer alguns ajustes.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, dizendo que naturalmente queriam uma oferta de transportes públicos de qualidade na região e que todos queriam que o processo fosse rápido, quer na melhoria dos transportes para servir a população, quer também na aquisição do Terminal Rodoviário de Santarém. Ainda assim, disse não entender porque é que a decisão da Assembleia Intermunicipal tinha de ser anulada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que a compra do Terminal implicava o visto do Tribunal de Contas. No visto tinha de estar previsto qual era a fonte de financiamento. A partir do momento em que a fonte de financiamento não era o empréstimo, mas sim recursos próprios, não era possível mudar a fonte de financiamento, a meio do processo de visto. Portanto, o processo tinha que cair, para se fazer nova deliberação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, fazendo um Requerimento à Mesa. Que os pedidos e comunicação do Tribunal de Contas pudessem ser partilhados com os membros da Assembleia Intermunicipal, para terem uma melhor fonte de análise sobre o tema. Prosseguiu questionando se a mudança de fonte de financiamento tinha sido uma opção do Conselho Intermunicipal ou tinha sido uma imposição decorrente das dúvidas levantadas pelo Tribunal de Contas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que tinha sido uma opção do Conselho Intermunicipal, tendo em conta a existência de um maior financiamento que permitia fazer essa compra, não tendo a CIMLT de fazer um empréstimo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, considerando que todos concordavam com a necessidade da empresa intermunicipal e das suas eventuais consequências muito positivas. Não estava, portanto, colocado em causa o avanço desta empresa intermunicipal. Ainda assim, pretendeu saber quando pensavam que a empresa iria entrar em funcionamento. Ou seja, qual o tempo perdido com estes lapsos e com a alteração da fonte de financiamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, dizendo que não tinham perdido tempo nenhum. O processo de constituição da empresa nada tinha a ver com o Terminal. Eram processos que decorriam de forma paralela.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, questionando se tinham sido as dúvidas do Tribunal de Contas que tinham levado à alteração do processo. O que é que tinha

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

levado a que o processo fosse alterado e porque é que se tinha de anular uma decisão já tomada pela Assembleia Intermunicipal.

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que era normal o Tribunal de Contas agir, no âmbito de viabilidade de um processo. E disse concordar que não poderia continuar a haver autorização, quando já havia um financiamento para poder autorizar outro. Quando se alterava um pressuposto, tinha de se alterar o processo todo.

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro**, referindo que não iam pedir nenhum empréstimo. Portanto, não havia essa necessidade de o assunto ia à Assembleias Intermunicipais. O que a Comunidade intermunicipal tinha pedido às câmaras era uma coisa que se chamava capacidade de endividamento. Ou seja, se por acaso a Comunidade Intermunicipal não pagasse aquilo que devia, as câmaras pagariam o montante até àquele valor. A partir do momento que não havia empréstimo, não havia nenhuma necessidade de nenhum tipo de autorização das assembleias municipais. Assim, o que estavam a fazer naquele momento era a revogar a decisão de contratar o empréstimo, tendo em conta que ele não seria autorizado. A partir do momento que ele não era autorizado, e a CIMLT não iria fazer outro porque não precisava, não podiam continuar com outro processo de aquisição do Terminal, uma vez que esse processo precisava de visto do Tribunal de Contas, visto esse que dizia que a meio do processo não era possível mudar a fonte de financiamento.

--- Usou da palavra do senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que a aquisição tinha sido em paralelo com o empréstimo. O que o Tribunal de Contas vinha decidir era que se calhar devíamos ter contraído um empréstimo primeiro e só depois ir para aquisição. Entretanto, surgiu o Programa "Incentiva+TP" (Incentiva Mais Transportes), que permitia uma maior liberdade às autoridades de gestão, para pegarem no dinheiro do "Incentiva+TP" e poderem geri-lo, dentro das competências das autoridades de transportes. Quando saiu o "Incentiva+TP", o processo de empréstimo já estava a decorrer. Entretanto, no momento presente, já era possível usar o dinheiro do "Incentiva+TP" e já não precisavam do empréstimo. O senhor Primeiro-Secretário adiantou ainda que o "Incentiva+TP" permitia também investir em abrigos (paragens de autocarro). O senhor Primeiro-Secretário explicou que a grande diferença entre o PART e o "Incentiva+TP" era que o PART só permitia utilizar dinheiro para reduzir os passes. O "Incentiva+TP" permitia fazer reduções de passes, pagar obrigações de serviço público e realizar investimentos que fossem competências das autoridades de transportes. Com a ajuda do "Incentiva+TP", não teriam de fazer o empréstimo, nem teriam de suportar os custos inerentes ao mesmo. O assunto tinha de vir à Assembleia Intermunicipal por uma questão de transparência, uma vez que tinham de mandar para o Tribunal de

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

Contas porque é que estavam a anular o contrato de empréstimo. Assim, iriam todas as deliberações, do Conselho Intermunicipal e da Assembleia Intermunicipal, para o Tribunal de Contas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, referindo que tinha sido dito que esta situação ia gerar um atraso de zero dias. Disse ser difícil compreender como é que uma situação, voltando para trás, e ter de ir outra vez ao Tribunal de Contas, ia demorar zero dias. E tempo era dinheiro. Assim, quis saber se este atraso efetivo trazia custos. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro**, referindo que o processo de constituição da empresa não tinha nada a ver com aquele assunto. Podiam perfeitamente ter a empresa constituída e não ter aquele terminal. Com o terminal na posse da CIMLT e sem a constituição da empresa, não podiam começar a operar. Por outro lado, com a empresa constituída e sem o terminal, desde que tivessem um sítio para o terminal, podiam operar. Portanto, este processo em concreto não atrasava nada.-----

--- Usou da palavra do senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que o terminal era de um privado. Portanto, não influenciava em eventual atraso, na questão da empresa. De momento estavam a responder ao Tribunal de Contas sobre a criação da empresa. O Tribunal ia colocando questões e ia-se procedendo a alterações. Lembrou que a constituição desta empresa seria uma pedrada no charco, uma vez que seria 100% municipal. Por isso, estavam a ser de certa forma cobaias, com o surgimento natural de muitas perguntas. Mas ninguém tinha a intenção de desistir. O objetivo estava traçado teriam de o alcançar.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, referindo que tinham estado a perder tempo. Teria seria mais rápido se o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e o senhor Primeiro-Secretário tivessem logo explicado os benefícios do "Incentiva+TP". Terminou a sua intervenção dizendo que iam votar favoravelmente.-----

--- Submetida à votação a **Anulação administrativa da deliberação da Assembleia Intermunicipal (sob proposta do Conselho Intermunicipal) que aprovou a minuta do contrato de compra e venda do Terminal Rodoviário de Santarém**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação de revogação do contrato de empréstimo celebrado com o Banco BPI S.A. para financiamento da aquisição do terminal Rodoviário de Santarém**.-----

--- Submetida à votação a **Revogação do contrato de empréstimo celebrado com o Banco BPI S.A. para financiamento da aquisição do terminal Rodoviário de Santarém**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 da Ordem de Trabalhos - Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Orçamentais e Financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1º semestre de 2024 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**-----

--- Submetida à votação a **Análise Sumária e Demonstrações Orçamentais e Financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1º semestre de 2024 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação de Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano 2025-2030.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (CDU)**, sugerindo que o Senhor Presidente fizesse uma apresentação daquilo que considerava mais importante, relativamente à presente matéria, e não estivesse à espera das perguntas dos senhores Deputados. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro**, considerando ser mais útil que os senhores Deputados que tivessem dúvidas pudessem fazer perguntas. Referiu que o orçamento da Comunidade se dividia em questões relativamente simples e que tinham a ver com a capacidade de poderem executar os fundos comunitários, nas várias delegações de competências entregues à CIMLT. Do ponto de vista daquilo que era o peso do orçamento, este tinha a ver sobretudo com a questão da mobilidade. Outra componente que poderia vir a ter intervenções intermunicipais tinha a ver com a questão da OVT, que ainda não estava aprovada. Depois existiam outras iniciativas recorrentes, como a central de compras eletrónicas, o sucesso escolar, as prestações de serviço no âmbito dos elevadores, medições de ruído. etc. Portanto, a atividade normal da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, mencionando a questão mobiliário urbano para mobilidade urbana. Solicitou que clarificassem que mobiliário urbano era este e qual era o objetivo central desta intervenção. O senhor Deputado referiu ainda as Grandes Opções do Plano, solicitando clarificação sobre em que projetos, atividades, ações eram executadas as verbas nas áreas da educação e promoção da vida saudável. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro**, explicando que a parte do mobiliário urbano tinha a ver com a questões dos abrigos, já antes mencionados. A promoção da vida saudável remetia para o projeto MAIS Lezíria e a parte da educação tinha a ver com as questões do sucesso escolar.-----

--- Submetido à votação o **Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano 2025-2030**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 30 (19 -PS, 10 - PSD, 1 -BE);-----

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

--- Abstenções: 6 (6 - CDU).-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 6 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação de proposta de Orçamento para 20255 e Grandes Opções do Plano 2025-2030.**-----

--- Submetida à votação a **autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação de proposta de Orçamento para 20255 e Grandes Opções do Plano 2025-2030**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 7 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação de Mapa de Pessoal para 2025.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, apresentando Declaração de Voto e indicando que a CDU iria abster-se porque os serviços centrais estavam a desaparecer em todos os concelhos. Por seu lado, as competências estavam a ser transferidas para os municípios, ficando depois as comunidades intermunicipais com essas atribuições, sustentadas com os orçamentos municipais. Daí a abstenção.-----

--- Submetido à votação o **Mapa de Pessoal para 2025**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 30 (19 -PS, 10 - PSD, 1 -BE);-----

--- Abstenções: 6 (6 - CDU).-----

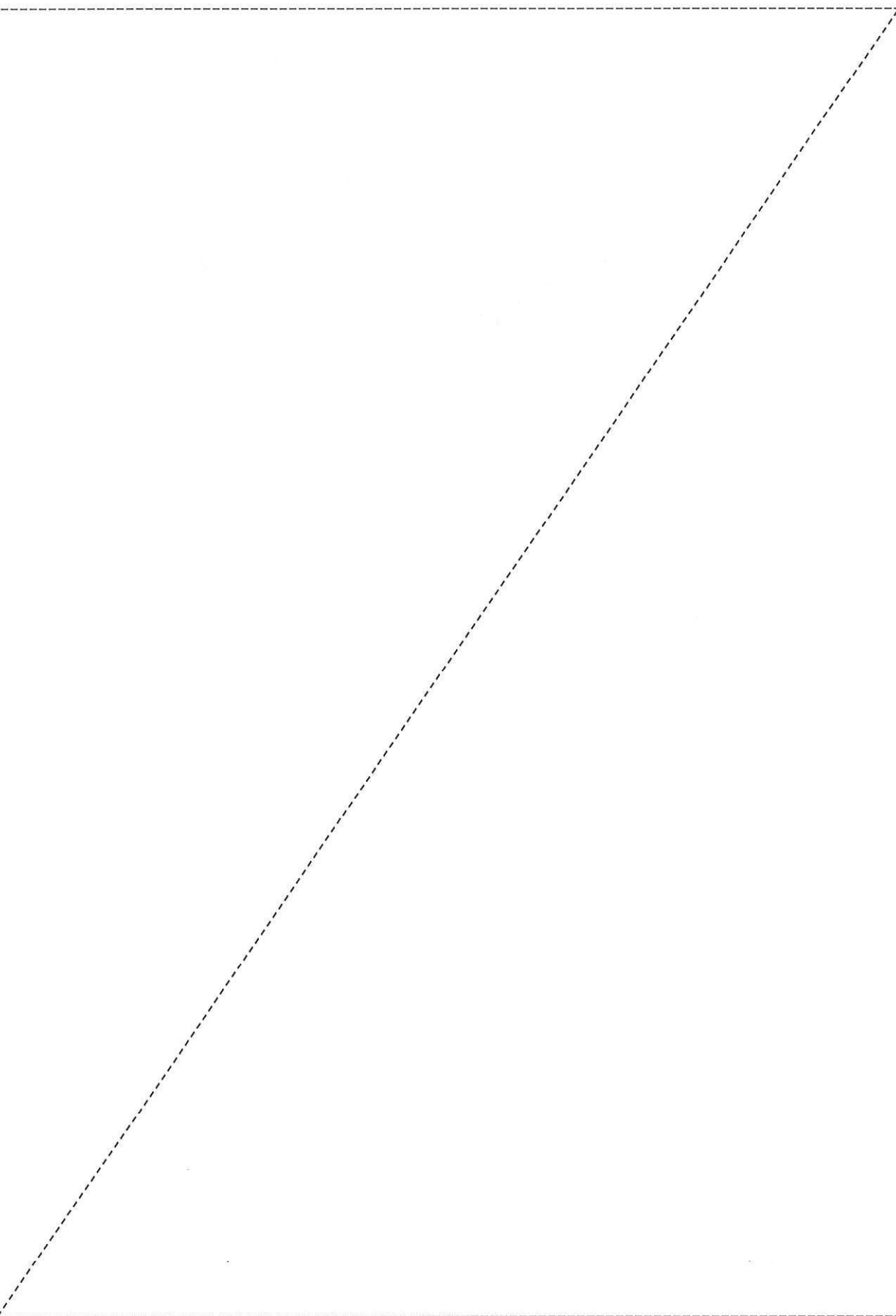
--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)** que passou a palavra à senhora Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT. -----

--- De seguida foram lidas pela senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, as minutas das votações dos pontos constantes na Ordem de Trabalhos, tendo sido todas as Minutas **APROVADAS POR UNANIMIDADE.**-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

O PRESIDENTE DA MESA

Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024



Sessão ordinária de 17 de dezembro de 2024

Francisco António Gomes Barfor

O VICE-PRESIDENTE DA MESA

Francisco António Gomes Barfor

A SECRETÁRIA DA MESA

Dina Rêgo